

NOTA DO AUTOR	11
PRÓLOGO	13
ABREVIATURAS	23

PRIMEIRO LIVRO

A constante: o projeto juspositivista de Hans Kelsen

A. PANORAMA DA CIÊNCIA DO DIREITO NA VISÃO DE KELSEN: AS OPÇÕES METODOLÓGICAS	30
I. O <i>direito natural</i> : exposição geral de suas linhas mestras teóricas	30
1. A Escola Histórica do Direito e o direito consuetudinário no século XIX: <i>a teoria do direito natural camuflada</i>	40
a) Pontos de partida e programática da Escola Histórica do Direito: espírito do povo <i>versus</i> codificação durante o Romantismo alemão	41
aa) A secularização e o movimento de codificação no final do século XVIII: a “ <i>degeneração</i> ” do direito	42
bb) O <i>Romantismo</i> e a procura por uma compreensão <i>orgânica</i> da historicidade	47
cc) A Escola Histórica do Direito: objetivo e instrumental teórico	52
b) <i>Espírito do povo</i> , fontes do direito e a relação entre moral e direito à luz da Escola Histórica do Direito: identificação dos seus elementos jusnaturalistas	57
2. O pós-guerra, o direito natural e a discussão sobre justiça	61
a) A norma de direito positivo e a norma de justiça do direito natural: uma análise metodológica “ <i>ou isto ou aquilo</i> ”	62
b) O direito natural e a norma de justiça no exemplo da concepção de <i>Platão</i>	65
aa) As teses filosóficas básicas de <i>Platão</i> : a teoria <i>das ideias</i> e da <i>alma</i> no âmbito de sua visão de mundo dualista	66
bb) À procura da justiça: entre uma resposta <i>formal</i> e outra <i>material</i>	70
cc) A solução platônica para o problema do conhecimento da justiça: o bem como experiência <i>mística</i>	72

II. A unificação metodológica das considerações normativas e sociológicas na ciência do direito: o <i>pseudo-juspositivismo</i>	76
1. O positivismo jurídico entre a Revolução de 1848 e o final do século: a Jurisprudência dos Conceitos segundo <i>Carl Friedrich von Gerber</i> , <i>Paul Laband</i> e <i>Rudolph von Jhering</i>	78
a) Do espírito do povo à Jurisprudência dos Conceitos: evolução ou complicação da Escola Histórica do Direito.....	80
b) Características metodológicas da Jurisprudência dos Conceitos: o construtivismo e a exclusão de elementos não-jurídicos da consideração jurídico-científica	90
2. A ciência do direito na segunda metade do século XIX e a procura pelo elemento de <i>faticidade</i> do direito	96
a) O período de <i>seca</i> na ciência do direito: a hegemonia metodológica da Jurisprudência dos Conceitos	96
b) O temperamento <i>indômito</i> após a Revolução de 1848: <i>Rudolph von Jhering – do sonho à ação</i> na ciência do direito	105
3. Georg Jellinek e sua <i>teoria bilateral</i> : a tentativa de uma <i>síntese metodológica</i>	116
 B. UMA PALAVRA SOBRE A CONCEITUAÇÃO NA CIÊNCIA DO DIREITO: TEORIA DO DIREITO OU FILOSOFIA DO DIREITO?	124
 C. HANS Kelsen E SEU PROJETO JUSPOSITIVISTA: LINHAS METODOLÓGICAS BÁSICAS PARA UMA CIÊNCIA DO DIREITO AUTÔNOMA	131
I. A inadequação dos modelos do direito natural e do pseudo-juspositivismo: a abordagem <i>desconstrutivista de Kelsen</i>	133
1. Ciência do direito e teoria do direito natural: a impossibilidade da fusão de moral e direito	134
2. Ciência do direito e pseudo-juspositivismo: a inadequação do método causal para a apreensão do direito	137
II. O projeto juspositivista de Kelsen numa apresentação afirmativa: <i>ciência do direito como teoria do direito</i>	141
1. Todo direito é positivo e exclusivamente direito positivo, <i>secundum non datur!</i>	142
2. O primado do <i>relativismo</i>	145
3. <i>Ser e dever-ser</i> como modos de conhecimento	149
4. A tese da <i>pureza</i> como <i>garantia da objetividade</i> de uma ciência do direito <i>autônoma</i>	155

SEGUNDO LIVRO

*A variável: a teoria geral do direito de Hans Kelsen
apresentada à luz do seu conceito de validade*

A. 1911-1913: UMA TEORIA GERAL DO DIREITO CONCEBIDA DE INÍCIO APENAS ESTATICAMENTE	162
I. Estruturas básicas da “primeira” teoria geral do direito <i>de Kelsen</i>	164

1.	A teoria da imputação de Kelsen em suas primeiras obras	168
2.	A teoria da proposição normativa como instrumento de caracterização das obrigações jurídicas	174
II.	A justificativa teórica da concepção de validade <i>kelseniana</i> : uma <i>petitio principii</i>	188
B.	1913-1920: TEMPO DE “REARMAMENTO” TEÓRICO.....	193
I.	A <i>dinâmica</i> do direito e a teoria da <i>hierarquia das normas</i> : a obtenção de uma <i>dimensionalidade múltipla</i> no pensamento jurídico.....	197
II.	O caminho <i>intrincado</i> até a norma fundamental.....	215
C.	1920-1961: A FASE CLÁSSICA – A TEORIA PURA DO DIREITO.....	234
I.	Sobre o fundamento de validade dos ordenamentos normativos: o modelo <i>estático</i>	237
II.	Sobre o fundamento de validade das normas jurídicas à luz da Teoria Pura do Direito: o modelo <i>dinâmico</i>	241
1.	A norma fundamental “ <i>des-jusnaturalizada</i> ” e a argumentação <i>lógico-transcendental</i> de Kelsen para a fundamentação da validade das normas jurídicas: a <i>estrutura</i> da validade	242
2.	A pluralência do conceito de validade: o(s) sentido(s) da validade ..	260
a)	Perspectiva epistemológica da validade.....	261
aa)	Validade como <i>existência normativa</i> : validade como expressão de <i>dever-ser</i> e não de <i>ser</i>	261
bb)	Validade e unidade epistemológica: validade como sinônimo de norma jurídica <i>não-contraditória</i> , ou seja, <i>dotada de sentido</i>	265
b)	Formas <i>estática</i> e <i>dinâmica</i> de apreensão do direito e o conceito de validade.....	273
aa)	A perspectiva <i>estática</i> : validade como obrigatoriedade <i>fundamentada</i>	274
bb)	A perspectiva <i>dinâmica</i> : validade como pertinência <i>híbrida</i> ..	278
III.	Validade e eficácia: o <i>meio-termo</i> de Kelsen perante a questão da faticidade...	283
D.	1962-1973 (1979): A CONTINUAÇÃO CRÍTICA DA TEORIA PURA DO DIREITO	292
I.	A norma fundamental como recurso <i>fictício</i> do pensamento para a fundamentação da validade das normas jurídicas: a <i>estrutura</i> da validade.	295
II.	A polissemia do conceito kelseniano de validade: o(s) <i>significado(s)</i> da validade	308
1.	Perspectivas epistemológicas da validade: validade como <i>existência</i>	308

2.	Visão <i>dinâmica</i> do direito e conceito de validade: validade como pertinência <i>híbrida</i> , como obrigatoriedade <i>fundamentada</i> e como norma jurídica <i>reconhecida</i>	310
III.	Validade e eficácia: o <i>novo</i> meio-termo <i>de Kelsen</i> com relação à questão da faticidade.....	317

TERCEIRO LIVRO

**O balanço: uma avaliação acerca do encaixe do projeto
jusepositivista de Kelsen com a sua teoria geral do direito**

A.	A APRESENTAÇÃO <i>KELSENIANA</i> DO ORDENAMENTO JURÍDICO: ENTRE UMA <i>DESCRIÇÃO CORRETORA</i> E UMA <i>DESCRIÇÃO PURA</i>	325
I.	A unidade do ordenamento jurídico: rumo a um domínio da concepção do <i>contexto de produção</i>	325
II.	O instrumentário para a apreensão das normas jurídicas: a proposição normativa <i>descritiva</i>	330
1.	As diferentes formulações da <i>proposição normativa</i> entre 1911 e 1973 (1979).....	330
a)	A obra inicial <i>de Kelsen</i> : <i>proposição normativa em sentido amplo e estrito</i>	330
b)	A fase clássica: <i>proposição normativa primária e secundária</i>	333
c)	A última fase: a <i>proposição normativa de validade, não-deôntica e formulada no modo indicativo</i>	337
2.	O desenvolvimento teórico de Kelsen em direção a uma <i>formulação adequada da proposição normativa</i>	338
B.	A QUESTÃO DA <i>NORMATIVIDADE EM KELSEN</i> : O <i>CALCANHAR DE AQUILES</i> DA TEORIA PURA DO DIREITO?	341
I.	Validade como <i>obrigatoriedade</i> : a concepção <i>forte</i> de normatividade	343
II.	O <i>outro lado da normatividade</i> na obra de Hans Kelsen: a concepção <i>fraca</i>	346
	EPÍLOGO.....	351
	BIBLIOGRAFIA	353